

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.364 - PA (2019/0230695-4)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : MUNICIPIO DE BELEM
PROCURADOR : LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA GÓES - PA011902
RECORRIDO : ANETE TEIXEIRA DIAS
RECORRIDO : ANTONIO FERNANDES DA FONSECA TEIXEIRA
ADVOGADO : MANOEL VITALINO MARTINS - PA004352
RECORRIDO : ANDRE ORENGEL DIAS
RECORRIDO : DANIEL TEIXEIRA DIAS
ADVOGADO : ALEXANDRE ALY PARAGUASSÚ CHARONE - PA011918

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de Recurso Especial interposto por **MUNICÍPIO DE BELÉM**, contra acórdão prolatado, por unanimidade, pela 1ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará no julgamento de apelação, assim ementado (fls. 661/673e):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA DE TÍTULO JUDICIAL. DECISÃO PARA QUE SEJA AFERIDO O VALOR DE RESÍDUO CONTROVERTIDO, COM DELIBERAÇÃO PARA INSCRIÇÃO EM PRECATÓRIO. EXISTÊNCIA DE SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE CÁLCULOS TRANSITADA EM JULGADO EM RELAÇÃO À PARTE INCONTROVERSA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM RELAÇÃO À PARTE CONTROVERTIDA - APLICAÇÃO DOS JUROS MORATÓRIOS E COMPENSATÓRIOS. POSSIBILIDADE DO JUÍZO DE 1º GRAU SE RETRATAR DE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA ANTERIORMENTE - DECISÃO DO MAGISTRADO QUE ESTÁ APENAS DANDO CUMPRIMENTO À DETERMINAÇÃO DO STJ PROFERIDA EM SEDE DE AÇÃO RESCISÓRIA. RESPEITO À COISA JULGADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 695/702e).

Com amparo no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, além de divergência jurisprudencial, aponta-se ofensa aos dispositivos a seguir relacionados, alegando-se, em síntese, que:

i) art. 9º do Código de Processo Civil de 2015 – "trata-se de dispositivo

destinado a impedir decisões surpresa proferidas pelo órgão judiciário e preservar a dialética processual como característica central da atividade judiciária e administrativa. Entre a Decisão a fls. 441/443 que resolveu a liquidação de sentença, homologou os cálculos discutidos e transitou em julgado e a Decisão Agravada a fls. 43/45, não houve qualquer ocasião em que o Município de Belém tenha sido intimado para se manifestar a respeito dessa matéria" (fl. 715e);

ii) art. 508 do Código de Processo Civil – "verifica-se claramente que foi afastada a hipótese de sobreposição entre juros moratórios e compensatórios, conhecido como anatocismo, ao se aplicar o referido art. 15-B do Decreto-lei nº 3.365/1941 à hipótese dos autos. Na sequência da decisão judicial, não houve qualquer impugnação da sentença de homologação verificada, razão pela qual transitou em julgado em 24.2.2015, conforme CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO às fls. 403" (fl. 718e);

iii) art. 475-H do Código de Processo Civil de 1973 – "ocorre que após a interposição do Agravo Retido a fls. 421/428 interposto contra a Decisão Interlocutória, sobreveio Sentença que julgou integralmente o mérito da liquidação, manifestando-se sobre todos os pontos controvertidos, inclusive sobre a possibilidade de sobreposição entre juros moratórios e compensatórios, como consequência direta da decisão da Ação Rescisória, Processo nº 0003313-37.2002.8.14.0000. Não houve qualquer ressalva feita a propósito de qual capítulo da liquidação estaria sendo julgado e qual não estaria, pelo contrário, na Sentença de Liquidação a fls. 441/443 o Juízo manifestou-se precisamente sobre a necessidade de se seguir o disposto no art. 15-B do Decreto-lei nº 3.365/1941, especificamente quanto a não incidência dos juros moratórios em sobreposição aos compensatórios" (fl. 720e);

iv) arts. 15-A e 15-B do Decreto-lei n. 3.365/1941 – "numa segunda linha de argumentação, ainda que não tivesse havido trânsito em julgado da sentença de liquidação e fosse possível a reabertura da discussão, seria impensável interpretar o caso com foi proposto na Decisão Agravada confirmada pelo Acórdão Recorrido. A sentença de liquidação conformou a condenação originária ao disposto nos arts. 15-A e 15-B do Decreto-lei n. 3.365/1941, tal como expressamente previsto no julgamento da Ação Rescisória, Processo nº 0003313-37.2002.8.14.0000, não havendo exclusão de juros

moratórios, apenas a compreensão de que não pode incidir concomitantemente aos compensatórios por expressa disposição legal" (fl. 721e); e

v) art. 741 do Código de Processo Civil de 1973 – "é preciso revogar a inscrição em precatório do débito identificado, eis que o procedimento estabelecido pelo Antigo CPC para a impugnação do crédito exequendo envolve necessariamente a citação da Fazenda Pública para pagamento ou apresentação de embargos do devedor, o que não foi respeitado na espécie, não havendo petição inicial que materializasse o pedido de tutela executiva, nem oportunidade para a Fazenda Pública apresentar impugnação via embargos à execução" (fl. 728e).

Com contrarrazões (fls. 736/749e e 751/766e), o recurso foi admitido (fls. 768/769e).

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 776/779e.

Feito breve relato, decido.

Por primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, combinado com os arts. 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do Regimento Interno desta Corte, o Relator está autorizado, por meio de decisão monocrática, a não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.

Nas razões recursais, a parte recorrente sustenta que não foi intimada para se manifestar sobre a matéria discutida nos autos (fl. 715e), sendo tal alegação inidônea a infirmar os fundamentos adotados pela Corte de origem, quais sejam, "não se está falando, na hipótese, de uma matéria nova ainda não discutida nos autos, pelo contrário, a questão relativa à aplicação dos juros moratórios e compensatórios vem sendo debatida exaustivamente nos presentes autos, sendo, consequentemente, tal tema, do pleno conhecimento de cada uma das partes" (fl. 671e), porquanto ausente comando suficiente nos dispositivos apontados para alterar a mencionada conclusão, razão pela qual o recurso não

merece prosperar nesse ponto.

Com efeito, incide, por analogia, a orientação contida na Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal segundo a qual: “é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA E LAVRA DE MINÉRIOS. PEDIDO PROTOCOLADO NO ÚLTIMO DIA DA LICENÇA ANTERIOR. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS, SER DESARRAZOADO O INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ARTIGO 18, INCISO I, DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO. DISPOSITIVO LEGAL QUE NÃO CONTEM COMANDO CAPAZ DE SUSTENTAR A TESE RECURSAL E INFIRMAR O JUÍZO FORMULADO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

2. Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de sustentar a tese recursal e infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, da orientação posta na Súmula 284/STF.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 385.170/GO, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO ESPECIAL. SÚMULAS 282, 284, 356/STF E 7/STJ.

(...)

3. O fato de constar na Lei de Licitações a previsão de empreitada integral não infirma, de plano, os dizeres do acórdão no sentido de que não há empecilho à inclusão do fornecimento de imóvel. O conteúdo dos dispositivos mencionados no Especial não tem comando suficiente para alterar o acórdão. Incidência da Súmula 284/STF.

4. Em relação ao índice de reajuste utilizado e à caracterização do ato ímprobo, o acórdão se amparou nas conclusões de laudo pericial e afastou o prejuízo ao Erário. Aplica-se a Súmula 7/STJ à espécie.

Ressalto que o art. 11 da LIA nem sequer foi prequestionado, o que também sugere o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.

5. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 229.402/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/03/2013, DJe 08/05/2013 –destaques meus).

A Recorrente sustenta que a sentença de liquidação, rejeitando a possibilidade de incidência concomitante de juros compensatórios e de mora, transitou em julgado.

O tribunal de origem decidiu a matéria, sob o fundamento de que "a certidão que certifica o trânsito em julgado da referida decisão deixa ressaltado várias vezes que a mesma refere-se ao valor incontroverso" (fl. 671e), prosseguindo em relação ao juros, conforme extrai-se dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 670/671e):

O objeto central do presente recurso consiste em discutir acerca do acerto ou não da decisão interlocutória do juiz de 1º grau que chamou o feito à ordem, se retratando de decisão anterior, acolhendo os juros moratórios nos cálculos da condenação, cumulados sobre os compensatórios, contados a partir da decisão monocrática.

Por sua vez, o Município agravante sustenta que o juiz de 1º grau não poderia ter proferido tal decisão interlocutória, sob a alegação de que já existiria sentença homologatória de cálculos transitada em julgado, e que tal decisão estaria ofendendo a coisa julgada.

Contudo, analisando a tal sentença homologatória de cálculo à fls. 441/443 verifico que o Município Agravante se equivoca quando afirma que em tal sentença já foram discutidos todos os pontos objetos da lide executória (incluindo a questão dos juros moratórios sobre os compensatórios), visto que tal decisão é explícita em afirmar que os exequentes requereram a expedição de precatório em relação à parte incontroversa dos cálculos, portanto, a execução prosseguiria quanto ao resíduo controvertido, que é justamente a questão dos juros.

Inclusive, na parte dispositiva da decisão o Juiz exara: "homologo por sentença os cálculos de fls. 343/352, no valor de R\$16.934.386,07 (dezesseis milhões, novecentos e trinta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e sete centavos) como incontroverso". Por sua vez, a certidão que certifica o trânsito em julgado da referida decisão deixa ressaltado várias vezes que a mesma refere-se ao valor incontroverso.

Portanto, não pairam dúvidas acerca dessa questão, visto que a decisão que homologou os cálculos refere-se apenas à parte incontroversa, e a retratação do juízo de 1º grau se deu a partir do pedido formulado em agravo retido pelos autores, nos termos do art. 523, §2º do CPC/73.

Ainda que assim não fosse, como a retratação do juiz se deu em relação a uma matéria que ainda estava sendo discutida nos autos, o Magistrado

tem a prerrogativa, ainda que de ofício, de se retratar a qualquer tempo, especialmente no presente caso, em que agiu no sentido de adequar a decisão aos termos da coisa julgada. Isso porque nas instâncias ordinárias não há preclusão para o órgão julgador enquanto não acabar o seu ofício jurisdicional na causa, o que se dá, via de regra, com a prolação de sentença definitiva. (destaque meu)

Assim, rever tal entendimento, com o objetivo de acolher a pretensão recursal, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7 desta Corte, assim enunciada: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”.

Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. COBRANÇA DE ISS SOBRE SERVIÇOS NOTARIAIS E CARTORÁRIOS. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA. AFASTAMENTO PELO TRIBUNAL A QUO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7/STJ. LEGISLAÇÃO SUPERVENIENTE. ALTERAÇÃO DOS ASPECTOS FORMAIS DA HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. SÚMULA 239/STF.

(...)

2. Não se admite, em sede de recurso especial, o reexame dos elementos do processo a fim de apurar a existência de coisa julgada já afastada pelo Tribunal a quo, com fundamento em análise das provas colhidas nos autos. Precedentes: AgRg no REsp 1127665/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 18/6/2015; AgRg no REsp 1465602/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 19/2/2015; AgRg no REsp 1095283/RS, Rel. Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 18/05/2011; AgRg no Ag 1373008/SP, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 15/4/2011; e AgRg no REsp 926.998/SC, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 8/11/2010.

(...)

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 791.248/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2016, DJe 24/02/2016).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. ENERGIA ELÉTRICA. PORTARIAS 38 E 45 /86

DO EXTINTO DNAEE. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DA CEEE-D. ALEGAÇÃO DE OFENSA À COISA JULGADA ANTE AO RECONHECIMENTO DA INEXISTÊNCIA DE "EFEITO CASCATA". SÚMULA 7/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, in casu, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

(...)

III - Impossibilidade de revisão, em recurso especial, das conclusões do Tribunal de origem quanto ao teor do título em execução, a fim de verificar-se possível ofensa à coisa julgada.

Súmula 7/STJ.

IV - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

V - Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AgRg no Ag 1.354.963/RS, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/04/2016, DJe 12/04/2016).

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. COISA JULGADA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A Corte de origem, com base em ampla cognição fático-probatória, expressamente afastou a alegada violação à coisa julgada.

2. Segundo a firme jurisprudência deste STJ, "... inviável, nesta via recursal, rever o posicionamento adotado pelo Tribunal de origem quanto ao teor do título em execução, em razão do comando contido na Súmula n.º 07 desta Corte Superior de Justiça, uma vez que seria necessário o reexame dos aspectos concretos da causa." (AgRg no REsp 1.240.183/SC, Quinta Turma, Relatora Ministra Laurita Vaz, julgado em 19/2/2013, DJe 28/2/2013) 3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.571.173/SC, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/02/2016, DJe 01/03/2016).

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA ENERGIA ELÉTRICA. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO. EXCESSO DE EXECUÇÃO RECONHECIDO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal de origem reconheceu a existência de excesso de execução,

com o fundamento de que a parcela do empréstimo compulsório não integrava o título executivo judicial. A revisão desse entendimento implica reexame de fatos e provas, obstado pelo teor da Súmula 7/STJ.

2. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.314.842/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/08/2012, DJe 27/08/2012).

Quanto à questão relativa à impropriedade do agravo retido, o juízo *a quo* manifestou-se nos seguintes termos:

Ainda que assim não fosse, como a retratação do juiz se deu em relação a uma matéria que ainda estava sendo discutida nos autos, o Magistrado tem a prerrogativa, ainda que de ofício, de se retratar a qualquer tempo, especialmente no presente caso, em que agiu no sentido de adequar a decisão aos termos da coisa julgada. Isso porque nas instâncias ordinárias não há preclusão para o órgão julgador enquanto não acabar o seu ofício jurisdicional na causa, o que se dá, via de regra, com a prolação de sentença definitiva. (destaque meu)

Assim, o tribunal de origem decidiu a questão motivo da controvérsia, sob o fundamento de que o magistrado poderia reconsiderar a decisão enquanto não prolatada sentença definitiva. Entretanto, a parte recorrente deixou de impugnar fundamento suficiente do acórdão recorrido, alegando, tão somente, situação de fato nova, qual seja, a prolação da sentença (fl. 720e).

Desse modo, verifica-se que as razões recursais apresentadas se encontram dissociadas daquilo que restou decidido pelo tribunal de origem, o que caracteriza deficiência na fundamentação do recurso especial e atrai, por analogia, os óbices das Súmulas 283 e 284, do Supremo Tribunal Federal, as quais dispõem, respectivamente: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”; e “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, os seguintes precedentes:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MOVIDA CONTRA ESTADO. CHAMAMENTO DA UNIÃO AO PROCESSO. PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. RAZÕES DOS EMBARGOS DISSOCIADAS DO

FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO EMBARGADO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. SUSPENSÃO EM RAZÃO DE RESP ADMITIDO COMO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DESCABIMENTO. TEMA ESPECÍFICO.

(...)

3. A alegação de omissão do acórdão embargado por ter a ora embargante impugnando os fundamentos da decisão do Tribunal a quo atraindo a incidência, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF, uma vez que não houve menção na decisão monocrática nem no acórdão em agravo regimental sobre tal ponto, de modo que restam dissociadas as razões dos embargos de declaração com relação ao constante nos autos.

4. Quanto à suspensão do recurso especial, tendo em vista a admissão do REsp n. 1.144.382/AL como representativo de controvérsia, tem-se que este recurso trata da solidariedade passiva da União, dos Estados e dos Municípios tão somente, e não, como no caso em exame, sobre eventual chamamento ao processo de um dos entes.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no Ag 1.309.607/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. CONCURSO DE PREFERÊNCIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284/STF.

1. Constata-se que não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

2. Na leitura do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal local não olvidou o fato de possivelmente existir concurso de preferência. Apenas foi consignado que a competência para análise de tal instituto seria do Juízo da Execução. Logo, não merece respaldo a tese da agravante de que foi "inobservada a existência de concursus fiscalis entre a Fazenda Nacional e Fazenda Estadual" (fl. 861, e-STJ). Nesse sentido, verifica-se que as razões recursais mostram-se dissociadas da motivação perflhada no acórdão recorrido e que não houve impugnação de fundamento autônomo do aresto impugnado. Incidem, portanto, os óbices das súmulas 283 e 284/STF.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 254.814/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013, destaque meu).

No que se refere à questão da correção material da sentença de liquidação que afastou a incidência concomitante de juros de mora e compensatórios, verifico que a insurgência carece de prequestionamento, uma vez que não foi analisada pelo tribunal de origem, porquanto a matéria foi resolvida sob a perspectiva da coisa julgada.

Com efeito, o requisito do prequestionamento pressupõe prévio debate da questão pelo tribunal de origem, à luz da legislação federal indicada, com emissão de juízo de valor acerca dos dispositivos legais apontados como violados.

No caso, malgrado a oposição de embargos declaratórios, o tribunal de origem não analisou, ainda que implicitamente, a correção material da sentença de liquidação.

Desse modo, não tendo sido apreciada tal questão pelo tribunal *a quo*, a despeito da oposição de embargos de declaração, aplicável, à espécie, o teor da Súmula n. 211/STJ, *in verbis*: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284 DO STF, POR ANALOGIA. BENS PÚBLICOS. TERRENO DE MARINHA. ILEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DEMARCATÓRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211 DESTA CORTE SUPERIOR. REGISTRO IMOBILIÁRIO. CARACTERIZAÇÃO DO BEM COMO TERRENO DE MARINHA. MANDADO DE SEGURANÇA. VIA ADEQUADA. QUESTÃO MERAMENTE DE DIREITO. Oponibilidade em face da União. Caracterização do bem como propriedade particular. Impossibilidade. Propriedade pública constitucionalmente assegurada (CR/88, ART. 20, INC. VII).

(...)

2. A controvérsia acerca da ilegalidade do procedimento demarcatório na espécie, pela desobediência do rito específico previsto no Decreto-lei n. 9.760/46 - vale dizer: ausência de notificação pessoal dos recorrentes - não foi objeto de análise pela instância ordinária, mesmo após a oposição de embargos de declaração, razão pela qual aplica-se, no ponto, a Súmula n. 211 desta Corte Superior.

(...)

5. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido. Julgamento submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e à

Resolução n. 8/2008.

(REsp 1183546/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/09/2010, DJe 29/09/2010, destaque meu).

O tribunal de origem decidiu da ilegalidade da inscrição do precatório, sob o fundamento de que esta matéria não foi apreciada pela decisão atacada no agravo de instrumento, conforme extrai-se dos seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 673/674e):

Quanto aos argumentos acerca da ilegalidade da inscrição de precatório sem observância do procedimento de execução, no caso de ser mantida a inscrição do precatório, porquanto haveria necessidade de determinar a correção de seu posicionamento na ordem da listagem de pagamento, já que os benefícios deferidos aos autores não se estendem aos cessionários, deixo de conhecer desse pedido pois referida matéria não foi objeto de apreciação pela decisão ora atacada.

Posto isso, nego provimento ao presente recurso, mantendo na integralidade os termos da decisão atacada, tornando, em consequência, sem efeito a monocrática de fls. 523/526.

Nas razões do Recurso Especial, tal fundamentação não foi refutada, repercutindo na inadmissibilidade do recurso, visto que esta Corte tem firme posicionamento segundo o qual a falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Colendo Supremo Tribunal Federal: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles”.

Nessa linha, destaco os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõem a 1ª Seção desta Corte:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OCUPAÇÃO DE TERRA PÚBLICA. ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. DEMOLIÇÃO DE CONSTRUÇÃO. OMISSÃO NÃO CARACTERIZADA. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. SÚMULA N. 280 DO STF. ACÓRDÃO A QUO QUE CONCLUI, COM BASE NOS FATOS E PROVAS DOS AUTOS, PELA IRREGULARIDADE DA EDIFICAÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. FUNDAMENTO AUTÔNOMO INATACADO. SÚMULA N. 283 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO À LEI FEDERAL. DISPOSITIVOS NÃO INDICADOS.

FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA N. 284 DO STF.

(...)

4. A argumentação do recurso especial não atacou o fundamento autônomo e suficiente empregado pelo acórdão recorrido para decidir que o Código de Edificações do Distrito Federal autoriza à Administração Pública, no exercício regular do poder de polícia, determinar a demolição de obra irregular, inserida em área pública e de preservação permanente. Incide, no ponto, a Súmula 283/STF.

5. Revelam-se deficientes as razões do recurso especial quando o recorrente limita-se a tecer alegações genéricas, sem, contudo, apontar especificamente qual dispositivo de lei federal foi contrariado pelo Tribunal a quo, fazendo incidir a Súmula 284 do STF.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 438526/DF, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 08/08/2014);

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA POR ATO DE IMPROBIDADE. BENS IMÓVEIS PENHORADOS, LEVADOS A HASTA PÚBLICA E ARREMATADOS. SUPERVENIÊNCIA DE DECISÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA, RESCINDINDO O ACÓRDÃO CONDENATÓRIO. PRETENSÃO DE ANULAÇÃO DAS ARREMATACÕES. NECESSIDADE DE AÇÃO PRÓPRIA. IMÓVEIS QUE TERIAM SIDO ARREMATADOS POR PREÇO VIL. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER BUSCADA EM AÇÃO PRÓPRIA. ACÓRDÃO RECORRIDO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO SÃO IMPUGNADOS PELAS TESES DO RECORRENTE. SÚMULA N. 283 DO STF. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC.

(...)

4. Com relação aos demais pontos arguidos pelo recorrente, forçoso reconhecer que o recurso especial não merece conhecimento, porquanto, além da ausência de prequestionamento das teses que suscita (violação dos artigos 687, 698 do CPC e 166, inciso IV, e 1.228 do Código Civil) (Súmula n. 211 do STJ), tem-se que as razões recursais não impugnaram, especificamente, os fundamentos do acórdão recorrido, o que atrai o entendimento da Súmula n. 283 do STF.

5. Não sendo possível o retorno ao status quo ante, deve o prejudicado pedir indenização por meio de ação própria, caso entenda que aquela arbitrada pelo juízo da execução é insuficiente para recompor sua indevida perda patrimonial.

Recurso especial não conhecido.

(REsp 1407870/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 19/08/2014).

Superior Tribunal de Justiça

In casu, impossibilitada a majoração de honorários nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto não houve anterior fixação de verba honorária.

Isto posto, com fundamento nos arts. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015 e 34, XVIII, *a*, e 255, I, ambos do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** do Recurso Especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora